

QUANDO A HISTÓRIA ACELERA, UMA APRESENTAÇÃO

Paula Godinho e João Carlos Louçã

On devrait plus souvent ouvrir nos fenêtres. Il faudrait de temps à autre, comme ça, sans le prévoir, tout foutre par-dessus bord. Cela soulagerait. On devrait, lorsque le coeur nous soulève, lorsque l'ordre nous envenime, que le désarroi nous suffoque, forcer les portes de nos Élysées dérisoires, là où les derniers liens achèvent de pourrir, et chouraver les maroquins, chatouiller les huissiers, mordre les pieds de chaise, et chercher, la nuit, sous les cuirasses, la lumière comme un souvenir.

Éric Vuillard, 14 juillet

A História pode desfilar ronceira, em quotidianos triviais, com tempos que passam sem provocar arrepios de maior a algumas pessoas, na aventura aparente das coisas que duram e que não se confundem com o acontecimento. Algumas das práticas possíveis para lidar com as rotinas e as suas perturbações – o escapismo, as lutas imediatas (Godinho, 2017) – convivem com as crises das existências sem estremeções, em busca dos *sonhos humildes* (Contreras, 2021), do pequeno ganho – ou de não perder o pouco que se tem, com recurso às armas dos fracos (Scott, 1985), camuflando a revolta em discursos ocultos (Scott, 1990). Noutros momentos, raros e por isso tão marcantes, a História ganha velocidade, entre a exaltação e o pânico, como quando se foram juntando aqueles habitantes de Paris que seguimos na

extraordinária novela de Éric Vuillard, cada um com as suas razões particulares e outras que eram comuns, pela rue Saint Antoine, num dia 14 de julho longínquo, e derrubaram uma prisão que ficava ao fim da rua, com efeitos duradouros, numa intifada dos pobres e dos medianos contra um punhado de privilegiados.

Bem podiam, ainda no dia anterior, os cabeleireiros reais confeccionar cabeleiras montadas em vários andares, com cabelos ripados e entrançados, destinados às aristocráticas cabeças e às suas frivolidades galantes. A história ganha velocidade, em certos momentos, como sucede na marcha dos que seguiram pela rue Saint Antoine num dia de verão, em 1789 para derrubar a Bastilha. Antes, podem ter dado sinais, aparentemente díspares, nos quais só se atenta a posteriori, quando já nada voltará a ser como tinha sido, apesar das derrotas, dos cercos, dos recuos, e que os seus inimigos lhes apontem os erros, o exagero, a *pathos* revolucionária, a loucura.

Pouco podem fazer os que dominam quando uma cidade cerca uma prisão, salvo perguntar-se onde estaria aquela gente no dia anterior? Embora quem se foi juntando pela rua construísse entre júbilo e temor a palavra fraternidade, é provável que não vislumbrasse o sentido do termo liberdade, ou como se constrói a igualdade – alguém porá depois as palavras por cima, embora se diga que no princípio era o verbo. Atrás do tempo, tempo vem, com a História a ser feita através das vidas triviais da gente comum, com os que escaparam por muito tempo aos livros de história, e só neles entravam como turba. Escreve Armando Bartra que fazer História é romper a continuidade, saltar para fora do tempo inerte e inaugurar outro: um tempo debutante, novo, com imaginação, que se torna o verdadeiro protagonista da história (Bartra, 2016:75).

Nesta obra, vários autores foram convidados a olhar para momentos do tempo em que, como escreveu Galeano, chove de baixo para cima. A partir de várias formações disciplinares, os investigadores que responderam ao repto olham para o tempo comum, para o dia anterior, para as rotinas que corroem, mas que também permitem sobreviver, para os fluxos de gente que se movimenta à procura de uma vida melhor, para a conquista da cidade e do espaço de reconhecimento, para as margens da vida, com as pequenas histórias das personagens secundárias, dos sobreviventes, dos subversivos, dos indígenas, daqueles que em narrativa estranha são entendidos como falhados, incompletos, fadados ao fracasso, irrelevantes. Conjugam o tempo longo, através da memória, do arquivo, da fotografia e da literatura, é um exercício a partir de um

dato presente, num tempo de pandemia em que a duração parece ter coagulado. Contudo, convém retirar o tempo forte do baú, e escapar das debilidades presentistas do fim da história, do presente contínuo em que tudo parece confundir-se. A tanto nos propusemos, com esta obra destinada a interrogar os momentos de aceleração da história, os que os precedem e o lastro num tempo longo.

Numa primeira parte, centrada nos momentos de ação coletiva em que a história ganha velocidade, João Carlos Louçã recorda-nos Ernst Bloch: escrever sobre a esperança quando o futuro parece uma miragem é uma experiência *a contrario*, e resgata uma corrente quente do pensamento crítico num tempo em que grassa o pessimismo, sem monções históricas benfazejas em perspetiva (Louçã, 2021, no prelo). A crise financeira internacional com início em 2008 contribuiu decisivamente para contrariar a ideia-força do período anterior, de que as classes sociais se desvaneceriam face ao mérito individual e a mobilidade social seria um dado adquirido na sociedade contemporânea. Esta ideia, sustentáculo do capitalismo tardio na sua versão neoliberal, revelou-se desajustada como justificação para o que estava a acontecer com as economias, os empregos e os serviços públicos em processo de desagregação. Marx ressurgiu com estrondo, e com ele a luta de classes, com as próprias classes e o seu conflito insanável a constituírem uma explicação mais plausível para a realidade. 'Os de baixo' em oposição 'aos de cima', os 99% da população mundial face à riqueza do 1%, quem vive do seu trabalho perante quem pertence às elites por nascimento, foram variações do entendimento que se generalizou nesses anos e que permitiu a expressão de movimentos sociais de resposta global à situação de crise.

Nos espaços que organizavam as respostas possíveis, cresceram redes de pertença e solidariedade, de culturas tornadas comuns, de um capital simbólico que operava além das fronteiras nacionais e se reconhecia nos momentos de protesto com importância global. Nesses espaços onde proliferaram realizações e cadernos reivindicativos, a imaginação nas formas de luta deu expressão à alternativa às políticas de austeridade. Simultaneamente ergueram-se redes capazes de tornar viáveis essas alternativas em escalas micro, mas com uma implicação global que a crise ampliou. Num texto em que a corrente fria da crítica serve com lucidez a corrente quente da esperança, o antropólogo João Carlos Louçã procura caracterizar algumas destas situações com base em trabalho etnográfico nos Pirenéus do Alto Aragão. No mundo em

que vivemos, em que a crise continua a espreitar, agora intensificada pela irreversível degradação ambiental e climática, pela ameaça pandémica, a resistência da classe que vive do seu trabalho, invariavelmente presente nestes exemplos, será a possibilidade estreita para um tempo que nos afaste da barbárie.

O texto do historiador Ricardo Noronha conduz-nos ao processo revolucionário português de 1974-75, que operou uma acelerada transformação da esfera económica, com a nacionalização de vários setores e a proliferação de experiências de ocupação e autogestão em diversos locais de trabalho. A formação social portuguesa conheceu então um período de indeterminação, aberto a múltiplos projetos, genericamente identificados com o socialismo. As empresas e as herdades dos campos do Sul tornaram-se palco de um confronto entre, por um lado, as aspirações igualitárias que permeavam as lutas sociais e, por outro, os inúmeros problemas de ordem prática associados à gestão da economia. Esse confronto seria condensado num conhecido diálogo do documentário *Torre Bela*, realizado por Thomas Harlan, no qual o dirigente de uma cooperativa é interpelado por um trabalhador rural, a propósito da propriedade da sua enxada. Fazendo eco da pergunta que conclui esse diálogo, o texto de Ricardo Noronha analisa os processos de nacionalização, de intervenção do Estado e de autogestão ocorridos em 1975, interpretando os vários projetos de transição para o socialismo à luz das transformações em curso nos locais de trabalho.

Com Carina Infante do Carmo a literatura torna-se o terreno para compreender os caminhos e as ressignificações do período que se segue à revolução, centrando-se na apropriação de Camões. Em 1980, o quarto centenário da morte do poeta deu azo à mobilização da figura do escritor-cidadão como porta-voz da comunidade nacional. Três anos antes haviam sido recuperadas as comemorações oficiais do 10 de junho, e coube a Jorge de Sena e Vergílio Ferreira tomarem a palavra. Já em 1980, foi a vez de David Mourão-Ferreira e Eduardo Lourenço. Nessa data redonda das celebrações, o ícone camoniano, de consabida origem romântica, conduziu também escritores à esquerda a tomarem a dianteira, convertendo Camões em sua personagem — caso de José Saramago, em *Que Farei com Este Livro?* — ou a promoverem publicações que são muito mais do que um gesto evocativo, como sucedeu com a revista *Loreto 13*, da Associação Portuguesa de Escritores, que celebrou conjuntamente o centenário de Camões e os 80

anos de José Gomes Ferreira. Camões torna-se, desse modo, patrono e emblema de escritores que atuam no sentido de fazer ganhar, no terreno político-cultural, o Portugal democrático conquistado com a Revolução dos Cravos.

Num tempo mais recente, a participação do antropólogo chileno Raúl Contreras confronta-nos com a investida neoliberal sobre a agricultura, que procurou transformar o campesinato num sector residual. Contudo, a sociopolítica camponesa organizada há mais de uma década em movimentos de carácter transnacional, como a Via Campesina, conseguiu recolocar o campesinato na discussão política acerca de alguns dos temas mais relevantes para a humanidade, na contemporaneidade. O projeto de soberania alimentar que foi configurado a partir desses movimentos é indissociável de uma política ativa para a revalorização de formas de vida e de produção camponesas. A recampesinação dos territórios rurais e da produção, abastecimento e distribuição de alimentos tem surgido como uma alternativa à debacle do sistema agroalimentar corporativo. Neste capítulo, Raúl Contreras faz uma revisão das discussões subjacentes ao projeto de recampesinação, e do seu potencial político para a conformação de uma utopia real cujo horizonte seja a superação do capitalismo.

Com remissão para um trabalho de campo que envolveu a recolha de histórias de vida de mulheres do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Ceará, Paula Godinho indaga os caminhos para o porvir, primeiro a partir dos *sonhos humildes* (Contreras, 2021), concentrando-se num percurso de vida e num olhar de proximidade sobre uma narração, e depois num momento empolgante de ação coletiva ousada, em tempos duros para os movimentos sociais no Brasil. O seu argumento assenta no entendimento de que o momento oportuno, *kairos*, é raro, mas desempenha um papel essencial nas vidas das subalternas de todas as cores, géneros e identificações, no caminho para uma vida melhor. Emerge como rotura nos itinerários de vida das dezasseis mulheres entrevistadas em assentamentos do sertão e do litoral cearenses (Godinho, 2020a). Por outro lado, o artigo serve para interrogar a antropologia implicada, que se esforça por entender a necessidade de quem age, o lugar do porvir e a aceleração da história, entre experiência, expectativa e ação. *Kairos* embarga *Kronos*, deidade grande e vinculada a um tempo paulatino, quantitativo, a saber a destino e condenação, que devora os filhos, no temor de que o substituam. Já *Kairos* suspende o tempo corrente em épocas e estados críticos, traz

dentro a surpresa, que necessita do instante para ocorrer, que interrompe a ordem das coisas, sempre imprevisível e que parece conter a promessa de renascer no momento certo e no lugar certo, com a oportunidade do instante e a possibilidade resgatada dentro dos impossíveis, entre Grandes Razões e razões pequenas (Godinho, 2020b) a impelirem rumo à mais radical das práticas possíveis, a ação coletiva (Godinho, 2017).

Na segunda parte do livro trata-se de lutas pela habitação, pelo direito à cidade e de memórias de resistência. A antropóloga Rita Cachado escreve sobre lentidões em espelho: as das políticas sociais de realojamento e as das resistências, a partir do caso dos hindus da Quinta da Vitória, em Loures, juntos dos quais fez trabalho de campo. O programa especial de realojamento (PER) realojou milhares de famílias de bairros em habitação social especialmente construída para substituir os então chamados “bairros de barracas”. Com a autora, conhecemos as histórias que este programa encerra, legíveis na literatura sobre habitação social. Por outro lado, o acompanhamento destes processos num tempo longo encerra por sua vez histórias particulares de moradores que esperaram décadas pelo realojamento, em determinadas situações. A antropóloga retoma um trabalho de campo etnográfico que seguiu de perto um conjunto de famílias que habitavam o local, no concelho de Loures, na periferia de Lisboa, cujo processo de realojamento foi moroso e sem solução habitacional para uma parte importante dos seus moradores. O seu enfoque centra-se no momento em que os moradores do bairro participaram ativamente num movimento pela defesa do direito à habitação, em 2006. Se passados estes anos, a literatura sobre habitação cresceu exponencialmente, a proposta é voltar atrás para procurar compreender melhor como se opera um caso de participação de moradores de um bairro onde há anos não existia movimento associativo.

Com o texto de Jannis Kühne interroga-se também um dos movimentos pelo direito a uma casa na Área Metropolitana de Lisboa, a partir de questões que surgiram numa investigação sobre a Caravana pelo Direito à Habitação. Através de um diálogo entre situações etnográficas, teorias e conceitos, o autor examina diferentes perspetivas de residentes de bairros autoconstruídos, envolvidos num movimento coletivo por melhores condições habitacionais, a partir de uma etnografia da Caravana, que foi uma iniciativa que percorreu o território português em 2017, a fim de recolher depoimentos sobre as condições habitacionais e interligando as lutas pela habitação. Em 2016, quatro

bairros da periferia da cidade de Lisboa – Torre, Quinta da Fonte, Jamaica e 6 de Maio – juntaram-se a diversos ativistas não residentes, e percorreram instituições administrativas e políticas para denunciar os problemas e carências vividos e reivindicar soluções. A Caravana representava uma expansão dessa luta, que incluía outras localidades e era entendida como espelho dos processos de exclusão dos moradores que se viram empurrados para as margens da capital. Sobre o tema, construiu uma etnografia das sociabilidades criadas entre residentes marginalizados, com diferentes trajetórias de migração e experiências em movimentos sociais, e analisou a produção e negociação de reivindicações comuns e expectativas da luta em relação à segregação racial contemporânea, bem como políticas de habitação social desenvolvidas pelo Estado. As margens da cidade representam localidades de resistência criativa, de infrapolítica e de luta coletiva. Em paralelo, descortinam-se zonas de refúgio, como lugares de escape, para onde algumas pessoas estão a ser empurradas, que remetem para uma falta de dignidade e requerem negociação com o Estado.

Ana Estevens traz a luta de classes para uma escala palpável e micro, conduzindo-nos pelo bairro do Raval, em Barcelona, que foi cenário de novelas e ficções várias, umas mais próximas da realidade, outras mais afastadas. Com a autora, somos levadas por diferentes momentos que marcaram o percurso urbano deste bairro. Ali, o processo de industrialização deixou o seu cunho no caráter operário e contestatário do bairro. Depois, os movimentos migratórios trouxeram outras pessoas e uma mistura de hábitos e de culturas. Os diversos planos de transformação urbana foram alterando a paisagem e abrindo feridas que não se curam com uma ‘limpeza de pele’ ou uma ‘nova maquilhagem’. O ‘modelo Barcelona’ aplicado na cidade teve consequências de larga escala e outras que determinaram transformações mais micro, realçando a autora a forma como a reprodução deste modelo afetou o bairro do Raval e os seus habitantes.

No panorama dos estudos sobre diversidade em Portugal, as questões da precariedade são facetas ainda pouco exploradas. É sobre outras resistências que escreve Sara Aranha, numa etnografia sobre convivialidades e informalidade nas praias fluviais do Barreiro. A investigação que se publica centra-se numa das expressões da precariedade, a partir de uma abordagem etnográfica às praias fluviais do Barreiro, que são lugares de convívio e de negócio, prolongando-se num itinerário das contingências locais a partir dos percursos de vida

dos apanhadores de amêijoas locais. Nas praias fluviais da cidade do Barreiro, a apanha de bivalves representa uma estratégia comum de sobrevivência, no âmbito de um negócio informal, praticado por migrantes oriundos sobretudo da Guiné, Cabo Verde e Roménia, e também por residentes locais com baixos rendimentos e desempregados. Com base num trabalho de campo realizado entre 2017 e 2018, a autora partiu dos conceitos de “displacement” e “emplacement”, desenvolvidos por Nina Glick Schiller e Ayşe Çaglar, para mostrar os ritmos e as práticas ligadas a esta forma de sustento. As situações de “displacement” estão relacionadas com as manifestações atuais de precariedade, com os residentes locais – migrantes ou não – a partilhar situações de afastamento social semelhantes. Como resposta a estas contingências, a autora entende as formas de “emplacement” como sociabilidades através das quais os que partilham uma mesma condição recriam novas redes. A sua pesquisa decorre em diálogo com a literatura que aborda os fenómenos de instabilidade provocados pelo sistema económico-financeiro global atual, ao mesmo tempo que explora as sociabilidades que surgem entre os apanhadores, perante um futuro incerto. Uma descoberta interessante é a importância dos percursos adotados por estes apanhadores, que dependem de um conhecimento profundo sobre as técnicas e os materiais a usar, e de redes de solidariedade distintas.

No texto dos antropólogos José María Valcuende del Río e Rafael Cáceres Feria deparamos com o papel do turismo na globalização dos formatos da homossexualidade ocidental, que se tornaria fulcral no que veio a chamar-se *cultura gay*. Neste capítulo, os autores analisam a relação que se produz entre o desenvolvimento e a visibilização do que passou a ser denominado movimento LGTBIQ+ e a atividade turística. Para tanto, realizam uma aproximação ao recente processo de patrimonialização da memória LGTBIQ+ em Espanha, a partir da análise de uma experiência concreta: a valorização de um contexto urbano ligado ao turismo: a Pasaje Begoña, em Torremolinos. A partir desse caso os autores refletem sobre a articulação entre memória e turismo, num trabalho ligado às linhas de pesquisa de dois projetos de investigação que estão em curso.

Na terceira parte do livro, os intervenientes escrevem sobre derrotas, fluxos, lutas pelo reconhecimento e *sonhos humildes*. Carlos Benítez Trinidad debruça-se sobre o fracasso como imposição narrativa aos povos indígenas no século XIX e XX, e alerta para algo recorrente,

na história da América Latina: esses mesmos povos indígenas viveram sujeitos a uma dimensão simbólica imposta pela fantasia dos não-indígenas. Esta dimensão foi estruturada desde a época colonial pela categoria da oposição ontológica, e foi ganhando uma nova dimensão na contemporaneidade: a ideia de serem povos fracassados. O discurso do insucesso, concebido e imposto pelo estatismo emancipatório crioulo também perpetuado pelos Estados-nação, fundamentou-se no estereótipo da incapacidade desses povos competirem com a modernidade e de se adaptarem aos novos contextos e desafios que a história lhes trouxe. Esta situação histórica tê-los-ia inevitavelmente condenado às teorias de extinção. Neste texto, o autor propõe-se levantar reflexões iniciais, elaboradas a partir de uma prospeção bibliográfica-arquivística, que deram vida a esta perspectiva de pesquisa, imprescindível para compreender o papel dos homens e mulheres indígenas na elaboração das relações interétnicas das sociedades latino-americanas, tanto da própria sociedade, quanto da projeção territorial da pátria. Transita pela força do simbólico nas relações interétnicas mobilizadas para a construção do *Outro*, como oposição ao *Nós*, não-indígena, reforçado e enriquecido até à sua transmutação, num processo que naturalizou e reforçou o discurso do extermínio físico e cultural no imaginário social e político na América Latina pós-colonial, que ainda ecoa nos dias atuais.

O texto de António Mota Redol remete para a literatura como fonte para compreender a realidade, e traz-nos a complexidade das mulheres e dos homens que se movimentam, que ganham o espaço no tempo, num percurso pela obra literária de Alves Redol. Aqueles e aquelas que migram, os diversos tipos de migrações, bem como as características e desenvolvimentos das mesmas, são preciosamente tratados pelo mais etnográfico dos escritores portugueses. São aqui trazido com um olhar que se demora nas investigações que o escritor realizou no domínio da antropologia, da etnografia, da história, da economia e das técnicas agrícolas para a preparação dos seus textos, e materializadas em apontamentos, fotografias e cadernos de terreno, que constituem um notável espólio.

Com a antropóloga Ema Pires, confrontamo-nos com resistências e reciprocidades numa povoação do Sul de Portugal. Este texto explora processos de resistência quotidiana que se dão, de modo aparentemente invisível, em espaços rurais classificados como longínquos face às centralidades (urbanas, mediáticas, turísticas) da contemporaneidade

neoliberal. Com vista a ilustrar o seu argumento, a autora apresenta cinco vinhetas etnográficas, a partir de uma pesquisa etnográfica realizada no sul de Portugal. Argumenta que em lugares aparentemente mais remotos encontramos (entre mulheres e homens) modalidades de ação coletiva que configuram microtecnologias de subversão, formas autoconstruídas de solidariedade, de resistência quotidiana à presente ordem neoliberal do capitalismo, como o recurso ao humor e a esquemas colaborativos de poupança vicinal.

Para as historiadoras Maria Alice Samara e Vanessa de Almeida, o repto foi pensar a reforma agrária – e o potencial das vitórias dentro das derrotas -, que acompanhou o processo revolucionário, através das imagens de uma investigação em curso. A partir de uma viagem imaginada através de mapas, as autoras partiram para o terreno que a legislação fixou para a posterioridade com o nome de ZIRA (Zona de Intervenção da Reforma Agrária). Começaram pelos campos do Sul do Alentejo à procura dos vestígios de “*um tempo ditoso, em que o futuro nasceu*”. Através da observação da paisagem, de vestígios materiais e vozes de protagonistas, propõem uma viagem a um tempo de aceleração histórica, tantas vezes designado como “*uma Revolução na Revolução*”, com o intuito de construir uma contra-cartografia que contrarie os campos de exploração superintensiva da oliveira e da amendoeira, no tempo presente. O seu texto não é motivado pela derrota, mas pela esperança, que é inerente ao processo daquela que terá sido a ruptura revolucionária mais vinculada nascida com o 25 de Abril de 1974: antes da derrota, a exaltação e a alegria estiveram presentes, ao mesmo tempo que a luta de classes entre o proletariado rural e os grandes proprietários se evidenciava.

No capítulo que assina, Raquel Afonso remete para uma abordagem comparativa da Homossexualidade, do lesbianismo e da resistência nas ditaduras ibéricas do século XX. Durante décadas, especialmente em contextos ditatoriais, as minorias LGBTIQ+ foram patologizadas, criminalizadas e remetidas para a marginalização. No decorrer de uma investigação anterior, acerca da homossexualidade e das formas de resistência durante o período do Estado Novo, a autora verificara a existência de possíveis semelhanças entre as ditaduras portuguesa e espanhola, em relação às sexualidades dissidentes. Este texto procura trazer vários apontamentos para o estudo comparativo no âmbito de uma investigação em curso, centrada na homossexualidade e no lesbianismo, tendo como pano de fundo a resistência nas ditaduras ibéricas do século

XX. A autora pretende colocar em evidência as possíveis semelhanças, nomeadamente a nível legal, mas também as várias diferenças, como acontece com o nascimento do movimento associativo LGBTI em ambos os países.

A melancolia, mesmo a de esquerda (Traverso, 2019), está carregada de estranheza, e coloniza a nossa imaginação do futuro (Valencia e Contreras, 2018:7). Como notava Fredric Jameson, parece ser hoje mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo (Jameson, 2003). Pensar hoje os momentos em que os seres humanos fazem a história ganhar velocidade traz dentro a urgência de ressaltar o tempo forte que entrelaça a memória, o esquecimento, a imaginação e a liberdade com os futuros impossíveis e até impensados, eivados com a angústia do projecto que recusa a derrota da Grã Esperança (Bartra, 2016:82). Como insistia Jean-Paul Sartre em *L'Être et le Néant*, o futuro é o que se tem de ser ainda que possa não vir a ser (Sartre, 1943:193).

A ausência de esperança e de confiança no porvir foi produzida através de um aparelho que, ao longo dos últimos trinta anos, ofuscou o ânimo e devastou os sentidos do porvir (Graeber, 2011:31-32), sob o acrónimo *TINA* para os anglo-saxónicos, a partir da frase de Margaret Thatcher. Ao contrário da ênfase naquilo a que se chegou - na pandemia, na ruína, na guerra, no património com a beleza do morto -, e ao realce dado ao fim de tudo – das ideologias, da história, da racionalidade, do emprego, da possibilidade de uma vida melhor –, esta é uma obra que convoca textos em que se insiste em ir além do merencório.